

COLEÇÃO ESTUDOS DA ESCOLA MINEIRA DE PROCESSO

Volume 11

Ana Paula Pereira da Silva Diniz

# Recursos Especiais “Repetitivos” no Direito Brasileiro:

Uma questão de (in) constitucionalidade?

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2016

Copyright © 2016 by Ana Paula Pereira da Silva Diniz

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

Ana Paula Pereira da Silva Diniz

Recursos Especiais Repetitivos no Direito Brasileiro: Uma questão de (in)constitucionalidade?/Ana Paula Pereira da Silva Diniz. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.

196 p.; 21 cm. (Coleção Estudos da Escola Mineira de Processo Vol. 11)

Bibliografia: p. 153-171.

ISBN: 978-85-8440-172-7

1. Direito Processual. 2. Direito fundamental - Implicações Democráticas. 3. Recursos - Direito Comparado. I. Título.  
II. Séries.

CDD -341.4

1080.143

# Sumário

Apresentação.....	XV
Prefácio.....	XIX

## Capítulo 1

Introdução.....	1
-----------------	---

## Capítulo 2

Direito fundamental ao recurso .....	5
2.1. Primeiros delineamentos.....	5
2.2. Direito ao recurso: remédio, prolongamento do direito de ação ou prolongamento do processo na ampliação do espaço construtivo da decisão pela discursividade (pleno debate). .....	12
2.2.1. Critérios identificadores do recurso como prolongamento do debate democrático.....	22
2.3. Recurso como direito fundamental: implicações democráticas.....	28

## Capítulo 3

Técnica impeditiva de recursos especiais repetitivos .....	39
3.1. Impedimento de recursos especiais repetitivos como técnica .....	39
3.2. Art. 543-C do CPC: delineamentos procedimentais .....	45

3.2.1. Técnica impeditiva de recursos especiais “repetitivos” (art. 543-C) em análise .....	52
3.2.2. Ampla participação e <i>amicus curiae</i> .....	64
3.2.3. Manifestação dos interessados e a sua conveniência: uma análise judicial.....	67
3.3. litigiosidade em massa e amostras no direito comparado: a busca pela estabilização da jurisprudência .....	68
3.3.1. A litigiosidade em massa e seus fundamentos .....	68
3.3.2. Reunião de demandas no direito comparado .....	80
3.4. Novo CPC: continuidade da falácia de celeridade pela exclusão da participação ativa dos cidadãos .....	90
3.4.1. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	92
3.4.2. Recurso extraordinário e especial “repetitivos” .....	93

#### Capítulo 4

<b>Supressão do debate recursal e efetividade: continuidade de antiga fórmula celeridade <i>mais</i> “justiça” .....</b>	<b>97</b>
4.1. Celeridade pela eficiência: breves considerações .....	107
4.2. Nova técnica sob perspectiva democrática: possibilidade de julgamento padronizado legítimo? .....	112
4.2.1. O incidente de resolução de demandas repetitivas e análise mais detida .....	121
4.3. Ação temática e o incidente de julgamento de questões repetitivas na nova proposta de incidente.....	138
<b>Considerações finais.....</b>	<b>147</b>
<b>Referências .....</b>	<b>153</b>